O MINEIRO DE TODOS OS BASTIDORES: APARECIDO DE OLIVEIRA NA GÊNESE DO PRÊMIO CAMÕES, IILP E CPLP

THE MINEIRO FROM BEHIND THE SCENES: APARECIDO DE OLIVEIRA IN THE
MAKING OF OF THE CAMÕES AWARD, IILP AND CPLP

EL MINEIRO ENTRE BASTIDORES: APARECIDO DE OLIVEIRA EN LA GÉNESIS
DEL PREMIO CAMÕES, IILP Y CPLP

Marcello Giovanni Pocai Stella¹

Resumo

O presente artigo visa reconstituir a trajetória do Primeiro-Ministro da Cultura brasileiro, José Aparecido de Oliveira. No bojo do processo de redemocratização brasileira, entre 1985 e 1994, o político mineiro teve atuação destacada na criação de instituições culturais e diplomáticas como: Prêmio Camões, Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Normalmente estudados de pontos de vista mais institucionalistas e como parte da história das relações internacionais, tanto o papel desempenhado por Aparecido quanto a gênese dessas novas instituições transnacionais foram pouco tematizadas do ponto de vista de sua gênese social. Portanto, é a análise da sociogênese da posição social ocupada por José Aparecido de Oliveira e seu papel central na emergência do Prêmio Camões, do IILP e da CPLP, que este artigo visa. Considero aqui a política como um campo de disputas sociais específico, com seu capital específico e relativamente autônomo em relação a outras esferas sociais. Além disso, procuro entender os políticos para além de definições do senso comum, como profissionais de produção e criação de formas de percepção e de expressão politicamente legítimas. Neste passo o trabalho mostra que as instituições culturais e diplomáticas criadas por Aparecido de Oliveira foram, pelo menos em parte, produtos de estratégias de cristalização de suas fontes de capital social, cultural e político, garantindo a ele e seu grupo político posições mais estáveis, consolidadas e perenes no interior da classe dirigente.

Palavras-Chave: José Aparecido de Oliveira; Prêmio Camões; Literaturas de Língua Portuguesa; CPLP; IILP.

Abstract

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, bolsista de doutorado FAPESP. E-mail: marcello.stella1@gmail.com.

This article aims to reconstruct the trajectory of the first Brazilian Minister of Culture, José Aparecido de Oliveira. In the midst of the process of re-democratization in Brazil between 1985 and 1994, the politician from Minas Gerais played an important role in the creation of cultural and diplomatic institutions such as: Camões Award, International Portuguese Language Institute (IILP) and Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). Normally studied from a more institutionalist point of view and as part of the history of international relations, both the role played by Aparecido and the genesis of these new transnational institutions were not thematically considered in terms of their social genesis. Therefore, it is the analysis of the sociogenesis of the social position occupied by José Aparecido de Oliveira and its central role in the emergence of the Camões Award, the IILP and the CPLP, that this article focuses on. I consider politics here as a specific field of social disputes, with its specific capital and relatively autonomous in relation to other social spheres. In addition, I try to understand politicians beyond common sense definitions, as professionals in the production and creation of politically legitimate forms of perception and expression. In this regard, the work shows that the cultural and diplomatic institutions created by Aparecido de Oliveira were, at least in part, products of crystallization strategies of his sources of social, cultural and political capital, guaranteeing him and his political group more stable, consolidated and lasting positions within the ruling class.

Keywords: José Aparecido de Oliveira; Camões Prize; Lusophone Literature; CPLP; IILP.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reconstruir la trayectoria del primer ministro de Cultura brasileño, José Aparecido de Oliveira. En medio del proceso de redemocratización en Brasil entre 1985 y 1994, el político de Minas Gerais jugó un papel destacado en la creación de instituciones culturales y diplomáticas como: Premio Camões, Instituto Internacional de Lengua Portuguesa (IILP) y Comunidad de Países de habla portuguesa (CPLP). Normalmente estudiado desde un punto de vista más institucionalista y como parte de la historia de las relaciones internacionales, tanto el papel desempeñado por Aparecido como la génesis de estas nuevas instituciones transnacionales no fueron considerados temáticamente desde el punto de vista de su génesis social. Por tanto, es el análisis de la sociogénesis de la posición social ocupada por José Aparecido de Oliveira y su papel central en el surgimiento del Premio Camões, del IILP, de la CPLP, en el que se centra este artículo. Considero la política aquí como un campo específico de disputas sociales, con su capital específico y relativamente autónomo en relación con otras esferas sociales. Además, trato de entender a los políticos más allá de las definiciones de sentido común, como profesionales en la producción y creación de formas de percepción y expresión políticamente legítimas. En este paso, el trabajo muestra que las instituciones culturales y diplomáticas creadas por Aparecido de Oliveira fueron, al menos en parte,

producto de estrategias de cristalización de sus fuentes de capital social, cultural y político, garantizándole a él ya su grupo político posiciones más estables, consolidadas y duraderas dentro de la clase dominante.

Palabras clave: José Aparecido de Oliveira; Premio Camões; Literaturas en lengua portuguesa; CPLP; IILP.

INTRODUÇÃO

No bojo do processo de redemocratização do Estado brasileiro no final dos anos 1980 e no começo dos anos 1990 uma série de novas instituições políticas, culturais e econômicas foram criadas ou refundadas em termos atualizados. Entre elas instituições literárias e diplomáticas relacionadas ao espaço transnacional de língua portuguesa, ou em outros termos, ao antigo arranjo colonial português: Prêmio Camões, Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Normalmente estudadas de pontos de vista mais institucionalistas e como parte da história das relações internacionais, esses novos órgãos transnacionais pouco foram tematizados do ponto de vista da história de sua gênese social. Como é comum em muitos apanhados históricos sobre instituições e agentes culturais e políticos, há uma quase completa amnésia a respeito de como, onde, por que, quem e em que circunstâncias se criaram esses novos arranjos político-diplomático-culturais que se consolidaram em instituições. Atualmente tais órgãos gozam de existência longa, já em vias de completarem duas décadas e meia de funcionamento.

Para realizar a análise sobre a sociogênese de instituições como o Prêmio Camões, o IILP e a CPLP, cumpre sublinhar que não considero a política um mero epifenômeno das lógicas econômicas e sociais. A entendo como um campo de disputas (BOURDIEU, 2007) social específico, com capital próprio e relativamente autônomo em relação a outras esferas sociais. Para pensar a luta política, de fato, é preciso levar em conta os determinantes econômicos e sociais, mas não só, é necessário igualmente pensar nas hierarquias e disputas em seu interior, seus horizontes de possíveis em um dado momento e a estrutura de divisão do trabalho de produção da política e do político.

Além disso, o enquadramento teórico metodológico de Bourdieu (2007) procura entender os políticos para além de definições do senso comum, como profissionais de produção e criação de formas de percepção e de expressão politicamente atuantes

legítimas. Isto porque, os próprios políticos fazem parte de um Estado que, para Bourdieu, não é somente um monopólio da violência física legítima, mas um monopólio da violência física e simbólica legítima. Em outras palavras, o Estado é também um fiador, criador e reproduzidor de categorias de pensamento que se criam ao constituir o mundo social e que também são as categorias que usamos ordinariamente para vivermos em nosso dia a dia.

Por isso para Bourdieu (2007) a reconstrução da gênese de uma instituição ou de uma posição social é um instrumento de ruptura dos mais poderosos. Pois, pode fazer reemergir conflitos e disputas que foram apagadas e silenciadas, tensões muito fortes nos primeiros momentos, possíveis excluídos e projetos que poderiam ter se viabilizado por outros caminhos, chamando a atenção para aquilo que se concretizou como um possível, uma opção dentre várias outras.

A luta política aqui, portanto, nada mais é do que uma luta por fazer crer, por criar uma visão legítima do que é e como deve ser o social, o econômico, o cultural, etc. Tais definições estatais que aparecem como uma natureza, são na verdade arbitrários impostos pelas disputas políticas no interior e no exterior do Estado. E aqui se encontra a segunda justificativa para a sociogênese proposta, a saber, a desnaturalização das coisas de Estado da cultura.

Para poder executar a presente tarefa escolhi uma das dimensões possíveis de análise dos objetos em questão, que a meu ver possibilita apreender as diversas lutas e contenciosos simbólicos e concretos: a análise de trajetória. Muito em voga atualmente tal técnica, no sentido *bourdieusiano*, tem como objeto a reconstituição da história de uma posição social ao longo do tempo e como esta se constituiu em relação a outras posições nos espaços sociais específicos nos quais surgiu e vicejou. Tal forma de análise é atenta igualmente às constrições e possibilidades que se colocavam em cada momento de sua história, bem como os trunfos e *handicaps* que sua origem sociocultural lhe legou. Com o cuidado de escapar de análises biográficas que visam promover discursos laudatórios e hagiográficos sobre os biografados, busco através da trajetória do político mineiro José Aparecido de Oliveira (1929 – 2007) reconstituir os contextos de criação do Prêmio Camões, IILP e CPLP.

Na bibliografia especializada e em entrevistas realizadas² até aqui, o nome de José Aparecido de Oliveira é presença constante como um dos fundadores e pais

² As entrevistas semi-estruturadas que chamaram a atenção para atuação foram com Dulce Maria Pereira, ex-secretária geral da CPLP; Celso Amorim, ex-ministro da Defesa e das Relações Exteriores,

principais das três instituições mencionadas. No entanto, nenhum esforço de maior fôlego tinha sido realizado até então, no intuito de pesquisar e se perguntar sobre como se criou o criador do Camões, IILP e CPLP. Além disso, pouco foi feito para relacionar a criação destas instituições culturais com a própria construção do capital político de José Aparecido de Oliveira e de sua inserção nos círculos da classe dirigente brasileira.

Minha hipótese é, seguindo Miceli (2001), que as instituições culturais criadas por Aparecido de Oliveira são, pelo menos em parte, produtos de estratégias de cristalização de suas fontes de capital social, cultural e político, as quais garantiram a ele, e a seu grupo político, posições mais estáveis e perenes no interior da classe dirigente.

O exame de fardas e numerosas produções biográficas sobre José Aparecido e sua obra política – ao menos quatro livros foram feitos sobre sua história pessoal e outros três relacionados a sua atuação política e institucional – permite refletir sobre o próprio processo de simbolização da elite política e dirigente do período. Por conseguinte, diz também sobre a própria formação e estratégia de reprodução da posição social e capital político de Aparecido (MICELI, 2001).

Depois do exame crítico das fontes documentais e biográficas a respeito da trajetória de José Aparecido, passo a um breve relato de sua vida, que começa no interior de Minas Gerais, passa por Belo Horizonte e o Jornalismo, Rio de Janeiro e Brasília e a política, por fim Portugal e a diplomacia, notadamente em sua vertente cultural. Nesse longo tempo, Aparecido trabalhou e conviveu com diversos presidentes da república brasileira: Jânio Quadros, Tancredo Neves, José Sarney, Itamar Franco, entre outros; presidentes estrangeiros; inúmeros parlamentares (senadores e deputados), governadores e prefeitos, intelectuais e artistas.

A sua peculiar habilidade em acionar e mobilizar esse vasto capital de relações sociais, que se estende do campo político aos campos da arte e cultura, explica em boa medida o sucesso que obteve nas empreitadas de criação das instituições em exame. Além disso, muito desse amplo arco de amizades se materializou na profusão de materiais biográficos e fontes documentais sobre a sua atuação.

Uma das conclusões parciais a que cheguei, tem a ver com as diferentes valências políticas e culturais, bem como os impactos que as instituições de sua

Irene Vida Gala e Ruy Amaral, embaixadores e Gilvan de Oliveira ex-diretor do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

paternidade foram capazes de gerar nos seus diferentes campos de atuação. Enquanto IILP e CPLP foram órgãos diplomáticos difíceis de serem criados e até hoje pouco prestigiados em termos simbólicos, políticos e econômicos no interior do Estado brasileiro, o Prêmio Camões, instituição com menos fortuna crítica e histórica sobre sua origem, foi a invenção institucional mais bem sucedida de Aparecido.

O fato de um prêmio literário ser a invenção cultural-política mais duradoura, a meu ver, tem relação com a capacidade dos prêmios culturais em geral se constituírem como verdadeiros conversores e casas de câmbio dos diversos capitais sociais disponíveis nas lutas e alianças travadas nos campos. Como destaca English (2005) as premiações, apesar de pouco estudadas, conheceram um momento de expansão único e nunca antes visto no século XX. O poder de conferir prestígio a alguém, além de ser uma motivação para a criação de um prêmio, inclui também outro mecanismo talvez tão ou mais poderoso simbolicamente, a saber, ao conferir prestígio ou capital de reconhecimento a alguém, a própria premiação e seus promotores ganha capital simbólico.

É entre seu capital político e o capital literário do Prêmio Camões que José Aparecido conseguirá construir um capital simbólico bastante expressivo. Neste sentido, sua criação institucional, de certa maneira, foi sua própria máquina de consagração e de conversão de diferentes capitais.

UMA VIDA NA INTERFACE DOS UNIVERSOS DA CULTURA E DA POLÍTICA

Uma primeira dificuldade que se apresenta ao se tratar dos temas mencionados é o laço íntimo que une tanto as instituições culturais quanto os produtores e mediadores em relação ao Estado. Para a análise sobre o Estado, ou sobre seus funcionários e instituições, utilizaremos o ferramental analítico de Pierre Bourdieu (2007, 2011a, 2011c, 2014) elaborado em seus textos acerca do campo político e da sociogênese do Estado, com já explicitado acima.

Sem ter a ambição de resumir todo o enquadramento analítico de Bourdieu a respeito do Estado e retomando o que foi escrito, creio ser pertinente referir mais algumas precauções mencionadas pelo autor. Segundo ele, uma das principais dificuldades em se tomar o Estado como um objeto é que esquecemos que o mesmo atua como um princípio de estruturação de nossas consciências. Em outras palavras,

nosso próprio pensamento sobre o Estado é construído por e pelo Estado, que ao fazer esta operação se auto afirma simultaneamente.

Essa força do Estado sobre nossas formas de classificação do mundo e também sobre a biografia de seus servidores, pode ser em um primeiro momento mitigada com uma análise rigorosa das fontes biográficas e todo material de memória produzido pelas burocracias e seus atores. Conforme Miceli (2001), em trabalho a respeito das fontes para a realização da história social e política das elites brasileiras, a própria existência de fontes documentais abundantes sobre as elites dirigentes já traz em si pistas sobre a formação e estratégias de reprodução desses grupos. Sendo assim, é necessário deixar explícitas as condições sociais de produção destes documentos e fontes históricas, relacionando-os às propriedades sociais das frações que tematizam, visando compreender se na história de sua produção estão impressas propriedades sociais pertinentes das parcelas dirigentes em exame.

Subjaz a esta tarefa a concepção de que estes materiais históricos feitos por, para e/ou sobre os diversos setores da elite no poder, são resultado de atividades de simbolização dos seus próprios agentes. Ou seja, são materiais expressivos de suas formas de viver, de seu poderio político e econômico, de como performam e fazem a gestão de suas identidades individuais e de classe (MICELI, 2001).

Em seguida a análise crítica das fontes memorialísticas, as utilizo para a recomposição da trajetória de Aparecido. Conforme Garson, Leão, Czajka e Pinheiro (2020), o estudo de trajetórias ajuda a calibrar o peso, em cada caso examinado, da ação individual em relação às constrações de ordem estrutural impostas a ela. Tendo, assim, a partir dos percursos de vida de Aparecido de Oliveira, compreender como sua trajetória social e redes de sociabilidade o introduziu à política e atuou no longo prazo na sua disposição à criação e investimento em instituições culturais.

Sempre se faz necessário sublinhar os riscos e limites que tal abordagem também implica, entre eles o mais patente descrito por Bourdieu (2011b): cair na armadilha da ilusão biográfica. Ou seja, certa tendência a contar uma vida como se fosse uma sucessão de eventos e etapas, com começo, meio e fim bem definidos e coerentes entre si. Comumente busca-se construir trajetórias de vida sem contradições, recuos, incertezas e desvios.

Na identificação e problematização dos gêneros biográficos podem estar já inscritas diversas estratégias que tem como objetivo o culto à personalidade do biografado ou, em alguns casos, o ataque à sua reputação e prestígio. No caso dos

7 livros sobre Aparecido de Oliveira e sua atuação política em relação ao Prêmio Camões, IILP e CPLP, um se trata de biografia em estilo mais clássico do gênero, escrita por um amigo/colaborador do biografado; quatro são coletâneas de depoimentos e entrevistas concedidas pelo próprio José Aparecido e por amigos e, finalmente; temos livros de reportagem que misturam registros e documentos diversos sobre a atuação do político (no caso são 3 obras que retratam a atuação de Aparecido na fundação do Camões, IILP e CPLP).

Quadro 1 – Biografias, reportagens e coletâneas a respeito da trajetória de vida ou da atuação de José Aparecido de Oliveira

Autor/Editor/Organizador	Título	Editora/Estado	Ano de publicação	Gênero
Alberico de Souza Cruz, Franklin de Oliveira, José Eduardo Barbosa, Mauro Santayana	José de Todos os Amigos	Tavares & Tristão/RJ	1979	Coletânea de depoimentos
José Alberto Braga	José Aparecido: O homem que cravou uma lança na Lua	Trinova/Portugal - Lisboa	1999	Coletânea de entrevistas e depoimentos
Alan Viggiano	José Aparecido: inventor de utopias	André Quicé editor/DF	1999	Biografia
Alan Viggiano	Uma aventura linguística	Thesaurus/DF	1990	Reportagem
Alan Viggiano	Dossiê Grupo dos Sete: Os povos e países de língua portuguesa	André Quicé editor/DF	1994	Reportagem
Alan Viggiano	Missão em Portugal: José Aparecido e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	André Quicé editor/DF	1996	Reportagem
Petrônio Souza Gonçalves	José Aparecido de Oliveira: O melhor mineiro do mundo	Realejo Edições/SP	2016	Coletânea de depoimentos

Fonte: Autoria própria. (Com dados de SOUZA CRUZ; OLIVEIRA; CARNEIRO; BARBOSA; SANTAYANA, 1979; BRAGA, 1999; VIGGIANO, 1990, 1994, 1996, 1999; GONÇALVES, 2016).

Em primeiro lugar vale sublinhar as estratégias narrativas mais utilizadas para descrever o percurso de José Aparecido. A primeira forma e a mais comum de reconstituir sua a vida dá conta de que ele teria, no âmbito da cultura, um recurso vocacional e irresistível. Em segundo, se sugere que, apesar de ser um homem eminentemente da cultura, acabava por ser tragado em diversas oportunidades pelo mundo da política, distanciando-se assim de sua vocação principal. Como tentarei mostrar, cultura e política na trajetória de Aparecido não são polos opostos, mas sim

esferas complementares e comunicantes. O universo da cultura foi sendo acionado ao longo de seu caminho como recurso importante para se defender e reabilitar de reveses políticos, transformando-os em vitórias culturais.

É muito comum entre os biógrafos e nos depoimentos de amigos de José Aparecido de Oliveira, que se lamenta o fato de sua cassação no início do regime militar, a perda da candidatura a governador de Minas Gerais durante o período da redemocratização, não ter assumido o Ministério das Relações Exteriores na década de 1990 e, ainda, não ter sido indicado primeiro Secretário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), órgão que ajudou a fundar. Todos esses reveses costumam ser explicados como meros acidentes, pois sua real missão ou destinação seria a atuação no mundo intangível da cultura e das artes. Assim vemos nos títulos de suas biografias, reportagens e livros de homenagens, títulos como: *O homem que cravou uma lança na Lua*, *O inventor de utopias* e *Missão em Portugal*.

Dos 7 livros publicados a seu respeito, 6 foram editados em vida e contaram com a presença do homenageado no lançamento das obras, bem como em festas, celebrações públicas, sessões de autógrafos, etc. O autor que mais escreveu sobre Aparecido e seus feitos na cultura e na política, foi Alan Viggiano, sendo responsável por quatro volumes sobre a vida e a atuação do político mineiro. Nascido em 1942, na cidade de Inhapim, o autor é conterrâneo de seu biografado. Aos vinte anos formou-se em Direito em Belo Horizonte. Nos anos 1950 exerceu o cargo de taquígrafo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e nos anos 1960 ocupou a mesma posição desta vez no Senado Federal, quando se transferiu para Brasília. Ali se formou em Comunicação na Universidade de Brasília (UNB) nos anos 1970, começando alguma atividade literária e também o trabalho como assessor de imprensa da universidade e a atuação como jornalista do *Última Hora* e do *Correio Brasiliense*. Em 1980 concluiu um mestrado em literatura brasileira pela UNB e ocupou cadeira na Academia Brasiliense de Letras, sendo membro igualmente da Associação Nacional de Escritores (da qual foi também presidente) e do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal (do qual foi fundador e primeiro presidente).

Segundo relato de Viggiano (1999) o seu primeiro contato com José Aparecido aconteceu em 1982, por intermediação do amigo em comum Zivaldo. Neste momento o autor relata um fascínio pela figura de Aparecido, entendendo-o como um político diferente dos demais que conhecia. Os contatos entre um e outro cessam, e quando Aparecido retorna a Brasília para ser Ministro da Cultura por duas vezes e governador

do Distrito Federal, é que Viggiano se reaproxima, interessado em apoiar a ideia da criação de um órgão de incentivo, defesa e difusão da língua portuguesa.

A descrição sintética da trajetória de Viggiano visa delinear uma característica comum daqueles que se dedicaram a escrever as memórias em análise. A saber, se tratavam, em sua maioria, de assessores próximos a Aparecido em alguma etapa de sua vida política e/ou amigos de infância e do começo de sua existência.

Tal conjunto de diferentes personalidades e a variedade de inserções de cada organizador e dos contribuidores evoca um conjunto de obras que prestam homenagem a um político e administrador da cultura que visa, em última instância, fortalecer os laços de amizade entre “os integrantes de um círculo íntimo de companheiros de classe (no duplo sentido do termo), que teve continuidade mediante experiências comuns nas esferas políticas, intelectual e burocrática, dando origem a ‘panelas’ e anéis burocráticos” (MICELI, 2001, p. 350).

As obras mencionadas foram editadas por selos de pequena escala em baixas tiragens e, atualmente, encontram-se disponíveis em abundância nos sebos virtuais a baixo custo. Tal dado pode indicar um relativo declínio e desclassificação simbólica dos grupos dirigentes aos quais era vinculado Aparecido.

Porém, o recurso a essa construção memorialística visa reabilitar as figuras de uma verdadeira nobreza de Estado e “tornar público, convertendo em crédito a ser resgatado, o legado de serviços prestados por seus integrantes nessas mesmas instituições.” (MICELI, 2001, p. 351). Ao mesmo tempo, ao auxiliar na restauração ou criação de novo capital simbólico/político para seus homenageados, os autores ou aqueles que encomendaram a fabricação de uma biografia ganham igualmente dividendos simbólicos, contribuindo para a manutenção da crença e do reconhecimento de trajetórias exemplares e dos recursos e benefícios simbólicos e materiais que estar associado a essas figuras pode gerar.

Feita a crítica às fontes e elaborado mais um argumento possível que compreende os modos como foi enquadrada a trajetória de Aparecido de Oliveira por seus biógrafos oficiais, passemos a uma restituição do seu percurso de vida e dos lances mais decisivos, buscando os momentos de socialização e aquisição de capitais necessários para que ocupasse posições sociais destacadas como político e homem de cultura. Posições estas que embasaram tomadas de posição bem-sucedidas na criação de um arcabouço institucional responsável pela emergência do Prêmio Camões, IILP e CPLP.

MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA E LISBOA

José Aparecido de Oliveira nasceu entre o final da década de 1920 e o começo da década de 1930. Primogênito de uma família numerosa e de origem oligárquica, porém em declínio, sobre ele recaiu a responsabilidade pela manutenção e, quando possível, ascensão social e de *status* do grupo familiar. Cedo perdeu seu pai e, a partir do episódio, passou a apoiar a mãe no cuidado dos 4 irmãos, abandonando alguns projetos pessoais, dentre eles o de cursar ensino superior. Como estratégia de sobrevivência material e também simbólica, enveredou pelo jornalismo, passando pelo sindicalismo, funcionalismo público e dali para a política. O cabedal de relações sociais herdadas, principalmente pela parte do pai e a herança da mãe, ajudou a dar o sustento mínimo para evitar um declínio social pronunciado.

Como se poderá notar a partir da análise de sua trajetória, mais fundamental do que o pêndulo entre política e cultura, é o papel do Estado em sua vida. Aparecido deve tudo à carreira funcional e política, da qual derivou toda a influência que deteve para indicar amigos, apaniguados e parentela para ocupar postos e receber prebendas estatais. Personagens com trajetórias como esta, são que Bourdieu nomeia como oblatos, “os que devem tudo ao rei, que pode obter deles uma grande dedicação.” (BOURDIEU, 2014, p. 471/472).

Aparecido foi o primeiro rebento de Modesto Justino de Oliveira e Araci Pedrelina de Lima Oliveira e nasceu em São Sebastião do Rio Preto, à época distrito do município de Conceição do Mato Dentro no estado de Minas Gerais, no dia 17 de fevereiro de 1929, ganhando posteriormente duas irmãs e dois irmãos. O pai era conhecido como “Coronel” Modesto Justino de Oliveira, nome e patente que herdou de um tio-avô. Seu tio, Clodomiro de Oliveira, tinha sido secretário da Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do governo de Arthur Bernardes, em Minas. Todos os tios-avôs de José Aparecido tinham formação universitária feita em São Paulo e Ouro Preto, um tio era farmacêutico, um segundo médico e os outros dois engenheiros. Além de Clodomiro, que trabalhou nas gestões de Arthur Bernardes, um dos irmãos do pai, o engenheiro Aldrovando Augusto de Oliveira, teve destacado papel na prospecção de petróleo no Brasil, e um segundo, o médico Elpenor de Oliveira, foi deputado e presidente da Assembleia Legislativa de Goiás.

A mãe de Aparecido era professora do ensino primário, vinda de uma família de donos de fazendas na região de Conceição do Mato Dentro. Seu avô, Pedro Generoso, era conhecido pela grande quantidade de terras que possuía, legando a família um total de 17 propriedades na região. As estâncias partilhadas deram para cada um dos netos de Pedro Generoso, incluindo Araci (que tinha oito irmãos, um homem falecido ainda jovem e outras sete mulheres, filhas de Inês Generoso Lima e João Alves de Lima) uma fazenda entre os municípios de Conceição do Mato Dentro, Serro e Dom Joaquim. A Araci coube uma chácara na região do município de Água Santa. Ela se dedicou desde cedo ao magistério, cursando aulas de Aperfeiçoamento Pedagógico em Belo Horizonte oferecidas pela gestão de governo de Antônio Carlos de Andrada, onde pôde conhecer e tomar contato com educadores vindos de fora do país. Foi, no período, uma das criadoras e fundadoras da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Araci se devotava e tomava conta com atenção do processo de educação de todos os filhos. Faleceu em 1991 aos 83 anos.

O jovem Aparecido passou sua infância em Conceição do Mato Dentro, onde concluiu os primeiros estudos no Grupo Escolar “Monsenhor Pinheiro”, de São João Evangelista, cidade próxima a Conceição, onde sua mãe era diretora. Antes de assumir a direção ela já tinha comandado outro Grupo escolar, na cidade de Passabém, também na região de origem de seus parentes.

Foi entre o final de sua infância e começo da adolescência que a família passou por um momento de instabilidade econômica, que seria decisivo para o encaminhamento das escolhas e dos destinos possíveis do primogênito. Aos onze anos de idade, em 1940, ficou órfão de pai, vítima de um acidente de automóvel aos 38 anos na cidade de Belo Horizonte. Araci tinha apenas 31 anos e José Aparecido teve que assumir o papel de chefe da casa, amparando sua mãe e contribuindo na guarda de seus irmãos. A fim de evitar o desamparo total da família o patriarca deixou como legado uma apólice de seguro de vida. Após a morte do progenitor, Aparecido se incumbiu de liquidar sociedades em negócios que Modesto participava, em Teófilo Otoni, Diamantina e outras cidades.

Concluídos os negócios do pai seguiu o restante de sua formação educacional no colégio Dom Bosco, dirigido pelos padres salesianos da cidade de Araxá. Sua mãe optou pela mudança para esta cidade, dada as possibilidades maiores de arrumar trabalho como professora e por ter bons estabelecimentos de ensino para os filhos. Nesta cidade, Araci foi diretora de um Grupo Escolar, acumulando a presidência da

Legião Brasileira de Assistência e da Associação de Mulheres Católicas. O final da formação de Aparecido incluiu uma breve passagem no internato do Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto, onde foi presidente de um Grêmio literário estudantil.

Depois disso mudou-se para Belo Horizonte onde foi dar seguimento a seus estudos e arrumar trabalho. Na cidade foi recebido por seus tios Francisco Miranda e Dona Almerinda, que costumavam dar guarida aos sobrinhos e apoiá-los em sua formação educacional. Tentou realizar uma graduação em Filosofia na cidade, porém, não logrou sucesso em concluí-la, devido ao trabalho e à posição de arrimo de família. Após a estada na casa dos tios Aparecido morou em um hotel, pensões de estudantes e repúblicas, sendo que nestes espaços conheceu os primeiros colegas jornalistas, os quais se tornariam amizade duradouras.

Em Belo Horizonte iniciou a atividade de jornalista. Primeiro na Secretaria de Agricultura do Estado, depois começou a escrever principalmente para as rubricas de política, dos jornais: *Diário do Comércio*, *Diários Associados* e *Correio do Dia* (jornal financiado pela UDN para combater o governo Juscelino Kubitschek, onde foi editor político).

Em paralelo assumiu também um dos seus primeiros cargos públicos, o de redator do serviço de radiodifusão do estado de Minas, a Rádio Inconfidência. Além disso, foi líder sindical de sua categoria, eleito várias vezes como diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, sendo igualmente dirigente da Associação Mineira de Imprensa.

Por estes cargos e pela trajetória no jornalismo foi escolhido para representar o Brasil no I Congresso Mundial de Jornalistas em 1953, realizado em Santiago do Chile, onde foi o orador da sessão de encerramento. Neste mesmo ano e em 1954 foi articulador/coordenador da campanha à prefeitura de Belo Horizonte de Celso Mello de Azevedo. Após a vitória do candidato se tornou seu chefe de gabinete. Foi neste trânsito entre o jornalismo político, sindicalismo e os corredores e salas da administração pública que José Aparecido começou a assentar as bases da construção de redes de sociabilidade políticas e de seu capital político e simbólico no espaço mineiro, trunfos indispensáveis no futuro para alcançar posições na esfera federal de poder.

Se filiou a UDN desde muito cedo e nela esteve vinculado a nomes como José Cabral (líder da UDN mineira de quem foi assessor), Américo René Giannetti

(Secretário de Agricultura de Minas, depois prefeito de Belo Horizonte) Vírgilio Mello Franco e Magalhães Pinto (de quem foi secretário particular).

O segundo trabalho político central na trajetória de Aparecido, na construção de seu capital político, foi o de coordenador dos movimentos políticos que levaram Jânio Quadros a presidência da república em 1960 e Magalhães Pinto ao governo de Minas no mesmo período. Por esse trabalho se tornou secretário particular da Presidência da República, cargo que ocupou até a renúncia de Jânio.

No governo de Quadros, Aparecido tinha poder de realizar indicações como a de Carlos Castello Branco, seu amigo e jornalista do Jornal do Brasil, para a assessoria de imprensa da presidência da República, entre várias outras. Isto teria fim com a renúncia do presidente. Após a saída da secretaria da presidência se candidatou a deputado federal pela UDN mineira, sendo eleito em 1962 – esteve entre os 10 políticos mais votados de seu estado. Nesse período integrou um grupo político dentro do partido chamado Bossa Nova, em cujas fileiras se encontravam José Sarney, Ney Braga, Seixas Dória, etc.

Como deputado federal, a convite de Magalhães Pinto, ocupou os cargos de Secretário de Estado da Agricultura, interinamente, Secretário de Estado de Governo e do Interior e Justiça de Minas. No período de atuação como Secretário Estadual era também presidente do Diário de Minas e da revista Alterosa, onde recrutava diversos colaboradores e funcionários. Após sua cassação com o Ato institucional nº1, baixado pelo Regime Militar³, Aparecido, a convite de Fernando Gasparian, trabalhou em uma editora chamada Saga no Rio de Janeiro. Posteriormente, a convite de Gilberto Faria, foi brevemente diretor do Banco Bandeirantes de São Paulo. Em seguida esteve presente na diretoria da Nacional Companhia de Seguros, do Banco Nacional, por indicação de Magalhães Pinto, vivendo a partir de então entre Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

Casou-se em 1972 com a advogada Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, também de família mineira. Os pais eram próximos de Magalhães Pinto, o qual apoiou o casamento e foi um dos padrinhos. Com ela teve dois filhos: José Fernando

³ Entre os possíveis motivos para sua cassação: ataques ao IBAD quando deputado em 1962, renúncia aos cargos no governo Magalhães Pinto ao saber que este tramava o golpe com os militares e uma recepção organizada em sua casa em Belo Horizonte para que Leonel Brizola defendesse as reformas de base de João Goulart. (GONÇALVES, 2016).

Aparecido de Oliveira (1974) e Maria Cecília de Oliveira (1975)⁴. Residiam, na época, no Rio de Janeiro, num imóvel na Avenida Atlântica em Copacabana.

Durante o processo de abertura política e fim dos governos militares, Aparecido recebeu de Hélio Garcia uma de suas primeiras propostas de retorno à vida política. Foi convidado para ingressar no recém-fundado Partido Popular, organizado por Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Na mesma época teve convite de Ivete Vargas para ser candidato a governador de Minas Gerais pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Não aceitou o convite à candidatura pelo PTB, mas arranhou espaço para ser candidato a vice-governador na chapa que elegeria Tancredo Neves em 1982. Durante a articulação da campanha um problema de saúde o colocou entre a vida e a morte. Um infarto o obrigou a ir se tratar na capital de Minas Gerais e depois, por aconselhamento de um amigo, Délio Jardim de Matos, Ministro da Aeronáutica à época, se afastou para realizar uma cirurgia do coração em *Cleveland*, Estados Unidos.

Entre o infarto e a cirurgia nos EUA, o combinado entre Tancredo e Aparecido foi desfeito (sem seu consentimento) e Hélio Garcia assumiu o posto de vice na chapa. Segundo Gonçalves (2016, p. 59), Aparecido teria dito a respeito do episódio que “enquanto os médicos abriam meu peito, meus amigos abriam as minhas costas”.

Fora da disputa pelo governo, Aparecido ainda saiu candidato a Câmara Federal por Minas, sendo na oportunidade o segundo postulante a deputado mais votado no estado. Logo após a sua posse, no mês de março de 1982, foi convidado por seu ex-colega de chapa, Tancredo Neves, para assumir a recém-criada Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais. Como secretário, além de propor diversos projetos de restauração de patrimônios históricos mineiros em parceria com a iniciativa privada fundou, em 1984, a Rede Minas de Televisão, emissora pública voltada para a cultura e educação, e também criou e se tornou presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultura (FNSC) onde lançou a proposição da desvinculação da área cultural do Ministério da Educação e a criação de um ministério independente.

⁴ O filho de Aparecido atualmente é político profissional, já foi prefeito de Conceição do Mato Dentro, deputado federal pelo estado de Minas e candidato ao governo de Minas pelo Partido Verde. A filha Maria Cecília administra a antiga fazenda colonial fluminense adquirida pela família nos anos 1970, que foi convertida em um hotel.

Somadas a atuação política prévia, contatos com diversos jornalistas e escritores vinculados a vida cultural e artística brasileira, e a então recente atuação institucional em uma área burocrática em vias de consolidação, temos como resultado um estoque de capital cultural e político/burocrático que permitiu a Aparecido realizar seus objetivos políticos. Conseguiu, assim, enraizar sua presença no cenário das elites culturais e dirigentes brasileiras, mitigando riscos de enfraquecimento no jogo político ou de falhas na manutenção do patrimônio social, econômico, político e cultural que legaria para seus filhos e familiares.

Além deste papel, outro flanco de atuação do político foi o de articulador da eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral em 1985 – entre outras tarefas, Aparecido fazia a interlocução entre o candidato e militares, entre eles o amigo Ministro da Aeronáutica. Por liderar essa articulação, o então secretário de cultura conseguiu obter uma promessa de que seu nome seria indicado como Ministro da Cultura tão logo o órgão fosse criado. Com a morte de Tancredo e a posse de Sarney, que assumiu o poder em posição frágil, dada a desconfiança de amplos setores quanto a seu passado no partido dos militares durante a ditadura, a manutenção das indicações do primeiro presidente civil foram mantidas e Aparecido assumiu o ministério que ajudou a criar em 15 de março de 1985.

Esta primeira passagem foi bastante curta, pois no mês de maio do mesmo ano o novo ministro viu seu nome ser indicado pela presidência para ocupar o posto de governador do Distrito Federal, tomando posse no dia 09 de maio de 1985. Entre uma de suas principais políticas estava o resgate das diretrizes urbanísticas do Plano Piloto de Brasília, projeto que contou com o apoio e trabalho pessoal de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx.

José Aparecido e Oscar Niemeyer trabalharam lado a lado – em gabinetes vizinhos – a pedido do governador do Distrito Federal, quando estreitaram laços de amizade. Devido a essa proximidade, Niemeyer construiu uma capelinha na fazenda de Miguel Pereira (RJ) como presente de aniversário de 15 anos à filha de Aparecido. Tal gratidão relaciona-se, também, a outro trabalho conduzido pela dupla, cujo resultado se materializou na candidatura e posterior designação da cidade de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO no ano de 1987, sendo a primeira obra realizada no século XX a receber tal *status* e distinção.

Um dos aspectos pouco lembrados sobre o período no comando do Distrito Federal foi a atuação de José Aparecido de Oliveira como uma espécie de chanceler

extraoficial de José Sarney. Em dezembro de 1985 realizou uma viagem de 15 dias para algumas capitais europeias como Paris, Roma, Madri e Lisboa. Nesta primeira oportunidade tratou da candidatura de Brasília a Patrimônio Cultural na UNESCO e de possibilidades para financiamentos de empreendimentos de infraestrutura em Brasília, notadamente a construção de uma linha de metrô e de projetos culturais em parceria com os países Ibéricos. Em uma segunda viagem, dessa vez em maio de 1987, o então governador percorreu em 25 dias México, Estados Unidos, França, URSS e Itália. Nesta última viagem discutiu os problemas da dívida externa brasileira com o presidente francês François Mitterand, e entregou cartas do presidente brasileiro para diversos líderes que encontrou.

Anos depois reassumiu o Ministério da Cultura, em setembro de 1988, no ocaso do governo Sarney. Permaneceu até o fim do mandato do amigo, em 14 de março de 1990. Foi nesta segunda passagem que tanto o ministro quanto o presidente tiraram do papel os projetos de constituição e institucionalização de diversas iniciativas que davam contornos a uma “nova” comunidade de países de língua portuguesa: Prêmio Camões, IILP e CPLP.

A primeira iniciativa foi a criação do Prêmio Camões. O acordo que selou a estruturação da premiação foi assinado por Roberto de Abreu Sodré, Ministro das Relações Exteriores, e por Adriano Antonio de Carvalho, Embaixador de Portugal, no dia 22 de junho de 1988 antes mesmo do retorno de Aparecido ao Ministério da Cultura. Porém, a implantação da láurea só foi anunciada em março de 1989 e na mesma hora se pôde saber que os três primeiros jurados escolhidos pelo Ministério da Cultura, já sob comando de José Aparecido, eram Antonio Houaiss, Afrânio Coutinho e Herberto Salles.

Além disso, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1989 com aval da presidência, e em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), passou 14 dias viajando por Portugal, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, onde se encontrou com os presidentes e líderes de cada país, no intuito de angariar apoio à criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Nesta viagem ficou acertada a data de entrega do primeiro Prêmio Camões, em 10 de junho de 1989, na Ilha de São Miguel no arquipélago dos Açores em Portugal.

Finalizando o ano de 1989 foi realizado, entre 31 de outubro e 2 de novembro, no Palácio dos Leões, sede do governo maranhense, em São Luís, o primeiro encontro entre chefes de Estado dos PALOP's com a presença dos líderes de Portugal

e Brasil em um contexto pós independências africanas. Tal reunião visou a ratificação do ato constitutivo do IILP. Tida como um dos maiores sucessos da política externa do governo Sarney, o evento em São Luís, assim como o acordo assinado, apesar de bem-sucedidos, caiu no esquecimento e décadas se passaram até que os mecanismos acordados fossem implementados (OLIVEIRA, 2019).

Não foi só um fim de ano movimentado para os projetos relacionados às literaturas de língua portuguesa, com a aproximação das eleições presidenciais e o fim do governo Sarney, novos arranjos políticos começavam a ser tramados. Entre eles a indicação a vice-presidente na chapa de Fernando Collor de Mello para Itamar Franco, de acordo com Gonçalves (2016), devido ao aconselhamento e sugestão direta de José Aparecido.

Se conseguiu indicar um caminho eleitoral viável para seu amigo, o mesmo não ocorreu com seus planos. Em 1990, desta vez sem percalços, José Aparecido (PSC) saiu como candidato a vice-governador de Minas numa chapa com o jornalista e deputado Hélio Costa (PRN). Ambos perderam as eleições para o antigo aliado, Hélio Garcia, por menos de 1% dos votos.

Apesar da derrota eleitoral em 1990, são tantas as reviravoltas da política que, com o *impeachment* de Fernando Collor e a posse de Itamar Franco, José Aparecido retornou ao jogo político. Ainda em dezembro de 1992 o novo presidente o convidou para o posto de embaixador do Brasil em Portugal. Aparecido aceitou e assumiu o cargo no início de janeiro de 1993.

Em maio do mesmo ano, Itamar se viu obrigado a realizar uma pequena reforma ministerial, devido a demissão de seu titular da fazenda, Eliseu Resende. Deslocou para o posto Fernando Henrique Cardoso que era chanceler do Itamaraty e ofereceu o cargo vago a Aparecido. Aceito o convite, mais uma vez uma doença e uma cirurgia impediram a posse e, como a recuperação foi mais longa do que o esperado, acabou por não assumir o Ministério das Relações Exteriores, indicando como seu substituto o diplomata Celso Amorim, que o auxiliou diretamente na construção do encontro de São Luís do Maranhão em 1989 e na assinatura do ato constitutivo do IILP.

Aparecido acabou por retornar à embaixada brasileira em Lisboa e decidiu se concentrar na realização dos planos que ficaram parados em 1989, desta vez tentando retomar o projeto do IILP, dentro de outro quadro mais amplo, a saber, no interior da fundação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (a CPLP).

Para isso o então embaixador realizou mais uma viagem aos PALOPs reforçando os laços políticos e sociais com lideranças africanas já conhecidas na primeira viagem, no final dos anos 1980. Outra vez o mineiro teria êxito em sua empreitada, mas não seria escolhido para estar à frente e presente quando da concretização de seu projeto. Por problemas pessoais, Itamar Franco não pôde comparecer à reunião que oficializou a CPLP. A cerimônia foi remarcada e aconteceu apenas em 1996, já no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo que Aparecido tinha já saído da cena política. E quando o Brasil teve direito de escolha da liderança da Comunidade o nome de José Aparecido foi preterido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa completou um ano de existência. Até o momento, a instituição tão ardentemente sonhada para dar uma dimensão ecumênica às sete nações lusófonas da África, da América e da Europa continua como uma forte esperança de nossos povos. Que forças estão retardando o crescimento da CPLP? [...] É urgente por outro lado, a criação de um banco de dados enquanto lutamos pela implantação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, criado há oito anos por proposta do Ministério da Cultura que eu tinha a honra de ocupar, no governo do presidente José Sarney. **Na vertente do Instituto está também o Prêmio Camões, instituído pelos governos de Portugal e do Brasil, ainda na gestão dos presidentes José Sarney e Mário Soares. Esse prêmio foi uma espécie de ato precursor da Comunidade, rompendo a rotina das conveniências bilaterais, para abranger todo o universo da lusofonia.** (OLIVEIRA, 1997a, p. 11, grifo nosso)

O excerto de José Aparecido de Oliveira do artigo intitulado “A Comunidade depois de um ano” deixa mais explícita a associação entre a iniciativa de criação do Prêmio Camões e seu papel de plataforma de lançamento de outros projetos mais amplos, como a CPLP, em 1997 concluindo seu primeiro ano de existência formal, e o IILP que, apesar de ter seu estatuto assinado em 1989, só saiu do papel no ano de 2001, quando foi instalado na cidade de Praia em Cabo Verde (OLIVEIRA, 2019).

O artigo crítico à demora de instalação e implantação da CPLP se insere em um conjunto de outras três colunas de Aparecido (OLIVEIRA, 1997a, 1997b, 1997c), no mesmo Jornal do Brasil, onde o ex-embaixador do Brasil em Portugal ataca as

forças políticas que estariam atrasando e relutando em empenhar-se na agenda que construiu, pelo menos desde a década de 1950. Em sentido amplo, uma política de incentivo a uma agenda externa brasileira orientada para Portugal e, em segundo lugar, para os PALOP's. Tal reivindicação do Prêmio Camões como um projeto precursor se deu no momento em que Aparecido se encontrava preterido por outros atores políticos para a liderança da CPLP e do futuro IILP. Ele começava a se afastar do centro das decisões governamentais, ocupando posições mais periféricas no interior do Estado, seja na área de cultura, política externa ou mesmo em Minas.

O afastamento da liderança dos processos de construção de um espaço literário de língua portuguesa pode explicar o tom e as tintas fortes de suas críticas a morosidade da implantação e concretização dos projetos políticos, cuja concepção e gênese participara. Porém, o que chama a atenção é a afirmação implícita de que havia pelo menos uma instituição sólida que funcionava a contento e que até poderia ocupar a posição de pedra fundamental de um espaço de língua portuguesa, o prêmio literário. Já no plano da língua propriamente dita, outra política comum entre Portugal, Brasil e PALOP's, o acordo ortográfico, encontrava igualmente resistências entre todas as partes e estava longe de constituir uma unanimidade (BRAGA, 1987; 1999; VIGGIANO, 1990).

A estratégia do recurso à cultura, como fonte de capital político e simbólico para se recolocar em destaque na cena política e no centro da elite dirigente brasileira, começa a mostrar seus limites e Aparecido vê seu patrimônio e herança político-cultural em cheque. Recapitulando, podemos concluir que, conforme demonstrado a partir da reconstituição da trajetória pessoal e política de Aparecido, observa-se uma dependência de seu percurso em relação ao Estado, através dos cargos que ocupou, indicou para ocupar ou mesmo criou. Primogênito, oriundo de família em declínio econômico, achou no Estado e em seus cargos as trilhas para uma recuperação do *status* social do agrupamento doméstico e para sua própria posição no interior da classe dirigente.

Aparecido vê por diversas vezes seus planos políticos mais ambiciosos se frustrarem, sendo constantemente retirado da oportunidade de ocupar os postos mais prestigiosos e elevados na hierarquia do campo político e do campo do poder. Para enfrentar esses reveses o político soube se utilizar de suas origens regionais e a partir de múltiplos investimentos na área cultural e artística, amealhou os trunfos mínimos para reservar um espaço para si e seus aliados no seio das elites governantes. Em

outras palavras, o rebaixamento dos horizontes de expectativa política de Aparecido foi reconvertido em projetos culturais que o tornaram um dos mais destacados burocratas da cultura, pelo menos daquela dirigida pelo Estado.

A estratégia de investimento voltado ao plano internacional, com auxílio de um país vinculado a um centro cultural dominante, constituiu por parte de Aparecido uma via de recuperação de capital político no plano nacional. Tais projetos de política externa se davam no término da gestão do político mineiro na cultura e da presidência do amigo José Sarney, este último marcado por um alto desgaste pessoal, político e econômico devido ao seu fracasso em sanar problemas estruturais do país, tais como: inflação, dívida externa, desemprego, desigualdade de renda, entre outros.

A última tentativa de deixar uma marca positiva na história política, cultural e social do país se deu por uma incursão diplomático-cultural que privilegiou um modo acadêmico e oficialista de olhar para a literatura e a cultura, o qual se materializou no Prêmio Camões. Tinha em mente a criação (resgate) de um imaginário transnacional para a comunidade de países de língua portuguesa. Prevalencia entre os brasileiros, a ideia de que Portugal, Brasil e PALOP's eram um grupo de nações irmãs, fraternalmente e naturalmente unidas por uma língua comum. Tal percepção se apoiava principalmente em resquícios da concepção luso-tropicalista freyreana e, sobretudo, na cosmologia política-filosófica proposta por Agostinho da Silva, filósofo português e amigo pessoal de Aparecido. Porém esta já é outra história.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, cap. VII, p. 163-208, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papyrus, p. 74-82, 2011b.

BOURDIEU, Pierre. A variante “soviética” e o capital político. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papyrus, p. 28-34, 2011c.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, José Alberto (org.). **José Aparecido**: o homem que cravou uma lança na lua. Lisboa: Trinova, 1999.

ENGLISH, James F. **The Economy of Prestige**: Prizes, Awards, and the circulation of cultural value. Cambridge, EUA: Harvard University Press, 2005.

GARSON, Marcelo; LEÃO, Andrea.; CZAJKA, Rodrigo; PINHEIRO, Fernando. Apresentação. **Tempo Social**, v. 32, n. 2, p. 1-20, 5 ago. 2020.

GONÇALVES, Petrônio Souza (org.). **José Aparecido de Oliveira**: o melhor mineiro do mundo. Santos: Realejo Edições, 2016.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. **Linha D'água**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 11-36, 3 set. 2019.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade depois de um ano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Opinião, p. 11-11, 18 jul. 1997a.

OLIVEIRA, José Aparecido de. Jorge Sampaio e a CPLP. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Opinião, p. 9-9, 04 set. 1997b.

OLIVEIRA, José Aparecido de. A comunidade em questão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Opinião, p. 9-9, 19 set. 1997c.

SOUZA CRUZ, Alberico de; OLIVEIRA, Franklin de; CARNEIRO, Geraldo; BARBOSA, José Eduardo; SANTAYANA, Mauro (ed.). **José**: de todos os amigos. Rio de Janeiro: Tavares & Tristão - Gráfica e Editora de livros, 1979.

VIGGIANO, Alan (org.). **Uma aventura lingüística**. Brasília: Thesaurus, 1990.

VIGGIANO, Alan (org.). **Dossiê Grupo dos sete**: os povos e países de língua portuguesa. Brasília: André Quicé Editor, 1994.

VIGGIANO, Alan (org.). **Missão em Portugal**: José Aparecido e a Comunidade dos países de língua portuguesa. Brasília: André Quicé Editor, 1996.

VIGGIANO, Alan. **José Aparecido**: inventor de utopias. Brasília: André Quicé Editor, 1999.

* Artigo recebido em 01 de junho de 2021,
aprovado em 18 de agosto de 2021.